

As Lezírias

por Alves Redol

POR aqui andaram os árabes em correrias, na planura vasta das terras chãs, cavalgando seus ginetes nervosos e ágeis como os ventos do deserto. Dêles herdaram os campos o porte galhardo do seu busto airoso, o segrêdo de domar corcéis e a valentia pimpona com que dominam toiros. Ficou o saudosismo do seu olhar no veludo negro dos olhos das moçoilas, e a tez bronzada de morenas ardentes, como canículas de Agosto, tem de seu, a graça e a harmonia. Dêles colheu o marnoto o saber das salinas e a candura das velas brancas poisadas nas ribas direitas, nos capelos dos montes, vem do seu domínio na terra ribatejana. As planícies que o rio afaça e fertiliza ou devora e derrue. Êles as apadrinharam.

Lazirat—ilha ou terra alagadiça cercada de água—, que a corrupção transformou em lezíria, lezíria ou lizira.

Por toda a Borda de Água, regra geral, os terrenos são lezírentos, criadas as novidades à bugem das águas do Tejo, sempre disposto a galgar acima, se as chuvas engrossam ou a nordestia uiva, mastigando as praias num goivar constante, cobrindo insuas e mouchões pelas marés vivas, formando alvercas e lezírentes.

A lizira do Galego, a lezíria da Atalaia, em terras da Scálabis Castrum, e a lezíria de Vila Franca, são as mais famosas.

Possuíram os templários em Santarém, sempre doados de benesses e regalias, senhores de meio Ribatejo, uma lezíria imensa denominada dos Freires—não sei se hoje a da Atalaia, se coberta pelo Tejo, no desvio de leito que D. João V ordenou—cedendo-a em 1306 ao Rei—Lavrador e Poeta, em troca dos nãodoados de Alvaizere, Ferreira do Zêzere e Vila do Rei.

As lezírias de Vila Franca, desde 1835 em poder de companhia abastosa que as arrenda a lavradores, teem a sua história. As suas sessenta e oito milhas quadradas, formação aluvionária da Ponta de Erva à Bôca do Vau, eram património da Casa do Infantado que, por 1654, criou o Quarto João das nossas dinastias, para seu filho D. Pedro. O nosso Rei-Músico, fundador da Biblioteca Musical que o terramoto sorveu, compositor de méritos consagrados na Europa, pelas suas obras, em que avulta a Crux fidelis inter omnes, motete para quatro vozes, erudito de opinião respeitada, na célebre «Defesa da música moderna e sobre a missa de Palestrina», entendeu que, do sacrifício em abandonar as musas pelas rédeas da nação, algum benefício deveria advir para os seus. E assim, a casa de seu filho gozava os mesmos privilégios da Casa de Bragança, de que, afinal, era senhor e usufrutuário.

Orpheum Lusitanum chamaram os cronistas da época a esse rei que consagrava uma hora em cada dia a ensinar os seus músicos e a executar as obras da sua rica biblioteca privativa, sempre actualizada em rigorosa selecção com o que pela Europa se escrevia nas 5 linhas. Compôr música e de pampilho em riste alancear toiros na lezíria, ou caçar porcos montezes, eram os devaneios predilectos de D. João, que preferia ser duque em Vila Viçosa e ia fazendo a república, quando em 1640 os castelhanos se foram de Portugal e hesitava em colocar a coroa e empunhar o cetro.

Em 1834 a Casa do Infantado passou para a Fazenda Nacional, à excepção de alguns palácios para residência e recreio de D. Maria II e seus descendentes, e logo em Novembro, com o ministério do último rei dos godos,—três ministérios num pé só—de que era figura grada D. Rodrigo, o Raposa, era ordenado à Comissão de Crédito Público para pôr em praça as lezírias do Tejo e da Comporta, por 2.000 contos em metal, oferta de uma «companhia respeitável» que para sua aquisição se tinha formado. A oposição ergueu-se em protestos veementes contra o Governo, cuja pasta da Fazenda estava nas mãos do eterno José da Silva Carvalho, malabarista de números e parrelha do «Manhoso», levando ao paço a indignação do país revoltado.

O escândalo safu dos corredores de

Um pouco da sua história e algumas das suas histórias...

S. Bento, despertou chufas às mesas do Marrare, discursos inflamantes no Clube dos Camilos e artigos de primeira página nos jornais, tocando a reunir grupos e grupelhos para aquela luta de «patriotismo slevantado».

—É uma violação às leis vigentes! O país está a saque!...

—O que fazer?... As arcas estão vazias, os compromissos não se pagam... O negócio das lezírias salva a nação da ruína!

Os primeiros baseavam-se na lei de 15 de Abril, daquele mesmo ano, determinativa da divisão no maior número de porções que se pudesse fazer dos prédios rústicos a liquidar dos bens nacionais. Tinham à frente os marqueses da Fronteira e de Loulé, o conde da Taipa, Sá da Bandeira e os Passos com os seus amigos.

Os outros, Oliveira Martins os definiu: um comprava os campos de Alcobaca, expulsando de lá a feliz população rural que os frades tinham criado; outro remia o seu antigo miguelismo ficando com o Espírito Santo de Lisboa; outros, em sociedade, tomavam para si as Lezírias do Tejo e Sado; Palmela ficava com a Serra da Arrábida, confiscada ao Infantado, que a confiscara aos duques de Aveiro, no tempo de Pombal; Terceira tomava para si o Sobralinho de Alverca. Era positivamente uma conquista à maneira das conquistas históricas.

Homens até ali citados como modelos de honrada administração, perderam o tino ante o negócio chorudo e não viram obstáculos erguidos, nem reputações maculadas. Mousinho da Silveira, principalmente, sempre respeitado pela sua isenção em negociatas, pronto em tôdas as emergências para defender com energia o património nacional—espreitado a toda a hora pelas raposas matreiras—, aparecia agora como um dos da «companhia respeitável» que se propunha levar, por menos da quinta parte do seu valor, um dos melhores nacos do já quasi devorado bôlo nacional.

O Conde de Farrobo, também do sindicato comprador, era o presidente do Comité das Lezírias que fixou o valor daqueles bens. Mousinho era trunfo na Comissão de Fazenda onde mexia os cordelinhos para que o negócio corresse de feição por aquele lado, e o Governo pondendo-os em praça por 30 dias para venda global, colocava nas mãos do grupo aquele manancial de riqueza, impossível como era de surgir, num país empobrecido, concorrente com vulto para fazer sombra.

As lezírias e a intervenção em Espanha, determinada pela obediência ao tratado da quádrupla aliança, davam a vitória à oposição nas eleições de 16 de Novembro, e logo em 18 se organizava novo ministério com Lourenço, Campos, Loulé, Sá da Bandeira e Mousinho de Albuquerque. O concurso das lezírias, 15 dias antes de findo o prazo era suspenso, e à Junta se determinava que re-

Índice de "O Diabo"

Encontra-se quasi concluído o Índice de «O Diabo», referente aos dois primeiros anos da sua existência. Tíhamos anunciado que o seu custo não iria além de 2\$00.

Acontece, porém, que a despesa com a sua factura excedeu, em mais do dobro, a importância calculada e que serviu de base para fixar aquele preço. Somos por isso, forçados a vendê-lo pela quantia de 3\$00, o que ainda nos acarreta um grande prejuízo. Por esse motivo não podemos dar comissão aos nossos agentes.

Prevenimos, por isso, tôdas as pessoas que nos fizeram pedidos, enviando os seus nomes e moradas, que os consideramos válidos ao preço de 3\$00 desde que não comuniquem a sua desistência no prazo de 15 dias, a partir da publicação desta local.

O preço não inclui os portes do correio, nem o prêmio de cobrança.

cebesse tôdas as propostas apresentadas até 5 de Janeiro.

Fêz-se a contradação dos afilhados—saíram uns, para receberem outros os alvarás de nomeação; criaram-se novos lugares numa febre intensa de arrumar alguns protegidos ainda sem teta distribuída, de colocar mancebos cassadoiros, prometidos das donzelas da família, à espera de concha para se unirem pelos sagrados laços. Era um budo sem fim, suculento e farto, onde se empanturravam os «famêlicos» do emprego público—albergue de quanto inapto e ralaço não dera em advogado ou merceiro.

As arcas, sem fundo e sem reforços que viessem do azul, tinham absorvido por antecipação uma parte dos recursos para os anos futuros, servindo afilhados e compadres, tão lesto no cartão de visita e solícito no voto. De verba em verba, aos baldões, o Governo viu-se sem dinheiro para pagar aos funcionários, e Chiado acima, à hora das entrevistas, das miradas e dos chás, do dia 13 do mês primeiro, a bomba rebentara estrondosa: o Campos—o Francisco António de Campos—, o da Fazenda, pedira à Câmara, em proposta urgente, trémulo na voz e no gesto, a venda das lezírias do Tejo e Sado, para salvar o país da afrontosa deshonra de obrigar os seus servidores a arejarem jóias e vestimentas dos sempre obscuros prestamistas.

O que fôra flecha para atingir em cheio o Governo do «rei dos godos», era agora tábuca de salvação para os mesmos que empunharam o arco e esticaram a corda. Mousinho da Silveira lia em 18 o parecer da Comissão de Fazenda aprovando a venda global e insistindo para que o negócio se ultimasse com urgência, e em 25 caía nas Côrtes um requerimento—preparação simbólica de apoteose deslumbrante—de vários lavradores do Ribatejo pedindo a adjudicação reunida, como opinaram as Câmaras Municipais ouvidas no inquérito, como, certamente, confirmaram «as pessoas inteligentes do distrito», segundo a expressão de Campos no seu pedido à Câmara. Tudo se conjugava numa harmonia deliciosa de orquestra regida por batuta consagrada.

De novo nesse dia se leu o parecer da Comissão de Fazenda, agora por Soares de Azevedo. Mousinho instou pela praça num só lote, acabando por atacar furiosamente a imprensa em termos tão violentos, que obrigou o ministério a dar explicações, amainando a tempestade com um raio de sol suave e doce, acariciador e alegre. Leonel Tavares argumentava sempre para que o assunto fôsse ponderado, resolvido com mais tempo, afim de evitar surpresas nocivas aos interesses nacionais. E parecendo não perceber a lufalufa de Mousinho e dos amigos, alegava: Houve tempo em que se nos dizia: acabemos hoje esta discussão porque esta tarde há-de sair o paquete para Inglaterra.

Mousinho, cabeleira branca e revolta engrinaldando-lhe a fronte, mão no ouvido, cabeça voltada, remoia baixo imprecações e iras.

O negócio marchava, mas mais devagar do que o sindicato queria, desejoso de ver um pássaro tão famoso na mão.

Fevereiro ia para o poente. No dia 29, o ministro deveria apresentar as contas gerais da nação, e no ano bissexto havia quem visse mau agouro para o Campos que, em despique com Silva Carvalho, queria mostrar ao país a sua sabença em trato com dinheiros públicos.

Tétrico, trágico, alucinado, lamentou o caos da pátria. Descreveu com voz lúgubre, plangente, as verbas colossos que esmagavam o corpo exangue de Portugal. Empalideceu, traçou no vácuo gestos de desalento e... chorou.

Vindouros pasmai
Que o Campos chorou

versejou poeta desconhecido.

E no dia seguinte, trazendo ainda nos olhos vermelhos umas lágrimas suspensas, apresentou um projecto para venda dos bens nacionais. As contas foram contestadas; a discussão travou-se e descobriu-se que o ministro as falseara, para tornar mais desesperado o desesperado momento em que a nação se debatia.

Em carta de lei de 16 de Março foi

A INFANCIA

vítima da literatura

por Álvaro Marinha de Campos

QUEM teve a culpa foi o pobre do Eça. Mas ninguém lhe queira mal por isso. Foi cheio de boas intenções que numa das suas *Cartas de Inglaterra* ele lastimou não haver em Portugal uma literatura apropriada às crianças, que lhes servisse de recreação e de agente educativo. Na Grã-Bretanha—revelava ele com patriótica inveja—os petizes e os rapazes podiam escolher em qualquer livraria as produções literárias mais de seu gosto, livros principalmente, em cujas vistosas e sedutoras encadernações se lhes prendiam irresistivelmente os olhos ávidos.

Decorreram algumas dezenas de anos sobre as lamentações do inimitável caricaturista da sociedade burguesa e a pequenista do nosso retalho peninsular adoleceu, criou barba e encaneceu sem ter conhecido os benefícios inestimáveis dessa encantadora literatura infantil em que a Inglaterra prosperava. E, no entanto, teria sido tão fácil dar-lhe vida! O próprio Eça esquiçara modelos que se lhe haviam deparado nos livreiros de Londres. Eram umas historietas singelas, tecidas numa linguagem simples e corrente, sem casos de estilística, e que toda a criança lia sem esforço, colhendo um sorriso ou um ensinamento.

Foi a crise económica, que há oito anos se declarou não poupando a profissão das letras, a definitiva causa geratriz de uma abundante literatura infantil em Portugal. O mercado livreiro respeitante à literatura dos adultos atingira a pletora, as bancas jornalísticas regorgitavam de escrevedores. Fundaram-se então não poucos periódicos para miúdos e adolescentes, onde se empregaram muitas actividades.

Realizou-se, enfim, a aspiração do autor das *Cartas de Inglaterra*? Portugal possui hoje, na verdade, uma abundante literatura infantil em livros de razoável encadernação e em jornais de larga tiragem. É inegável, porém, que, se a quantidade ultrapassou o que Eça podia ter desejado, a qualidade não corresponde, as mais das vezes, aos singelos e atraentes paradigmas que ele inculcava aos nossos profissionais das letras. Os jornais principalmente, exceptuando um ou outro, são umas folhecas píffias que a gente não consegue esfolhear sem se sentir penetrada de piedade por tantas inteligências em botão condenadas a desabrochar sob a acção de tão insípido e bestificante alimento espiritual!

Em primeiro lugar muitas das folhas infantis que por aí circulam são confeccionadas por um corpo redactorial heterogéneo e extravagante—finórios arvoraados em moralistas de meninos, lambisgoias

Coisas de O Diabo

—Continuação da página um—

Possivelmente, os que não sabem quem era Gil Vicente julgarão que ele foi um dos autores dos biliões de reformas, que nunca se aplicaram, do Teatro Nacional. A pessoa do dístico se calhar conhecia Gil Vicente de ouvido.

Permita-se-nos pois que alvitremos que a referida cidade conserve o letreiro para honra sua, mas que lhe mande, sem demora, raspar o dístico. Que viva a intenção, mas que morra o disparate.

MEFISTO

dada autorização para a venda das lezírias, transferindo também a cobrança do imposto de Fábrica, e em 6 de Abril, Campos foi exonerado, entregando a pasta a Jorge Loureiro. Depois de prorrogado o prazo, a Rainha, por decreto de 16 de Junho, autorizava que se abrisse a praça pelo laço de 2.000 contos (a avaliação fora feita por 1.694.571\$354; em 25 de Junho o acto era consumado e, por portaria de 27, ordenava-se à Junta de Crédito Público para receber o preço da arrematação. Assinava-a José da Silva Carvalho, novamente ministro da Fazenda, ministro de sempre, parrelha do Manhoso no ministério dos três ministérios e iniciador do negócio—lá o fêz e lá o baptizou.

com pretensões a literatas, plumitivos sem gramática nem consciência falhados em publicações de adultos e inventores de engenhocas para crianças (aviões de papel, máquinhas, etc.) Estes últimos são, evidentemente, os mais inofensivos. Mas educar meninos e meninas com historiolas pretensamente morais, forjadas por marmanjos sem o menor critério pedagógico, com poesias e prosas irritantes de pretenciosismo literário de fedúncias vaidosas e com o cretinismo anti-gramatical de escribas desclassificados—é deveras conflagrador. Não passa por ali a aragem de uma moral elevada e simples, não há ali o estímulo dos sentimentos fraternos, da solidariedade humana, da sã camaradagem, não se encontra ali aquela linguagem singela, clara, despretençiosa, que o Eça recomendara, e que tanto serviria para habituar os humanos a exprimirem-se, desde crianças, com a espontaneidade e a modéstia que convem a naturezas sinceras.

Por vezes, essas gazetas estampam composições cuja autoria é atribuída aos seus pequenos leitores. Ninguém ignora que se trata quasi sempre de uma tola mistificação. São os papás dos meninos que elaboram, em longos serões, essas escrevinhaduras. Não é necessária uma argúcia rara para descobrir nelas a basófia literária e o burlesco pretenciosismo moral tão característicos da obtusidade adulta. Meninos nunca escreveriam semelhantes inépcias. A vida ainda não os bestificou como aos papás. Ora leiam estas quadras epigramáticas a crescer e publicadas num periódico que por toda a parte se vende à pequenada portuguesa:

Já fui mais pequeno,
E maior quero ser,
Para em passo sereno,
Pular sem correr.

Crescer, em tudo quero,
E alguma coisa valer,
O que por Deus, espero,
E que creio há-de ser.

Com os passos de meus pais,
Caminhando vou eu,
E, seguindo conselhos tais,
Terei, como êles, o coração meu.

Que bom é o bom seguir,
E, por caminho direito andar,
Junto aos que querem o nosso porvir
E que por nós, andam a olhar.

Estas quadras são atribuídas a certo menino. Fazemo-lhe a justiça de não acreditar. Aquilo são conselhos paternais em versinhos tolos, traçados por mão adulta a fingir de infantil.

—Continua na página oito—

Publicações

Publicou-se «Ronda do Império», da Emissora Nacional, que trata da ligação radiofónica com as colónias.

Jóias, Ouro e Pratas
E CAUTELAS DO MONTEPIO CAIXA GERAL e outras, compram-se na Rua da Prata, 293 e 295. Verifique que é quem melhor paga!



Ferreira da Silva, no «Egas Moniz»
—Desenho de Abel Salazar—